

# As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural

[ *The two Marxist strands of dependency theory and their limits: towards a new synthesis of the historical-structural political economy* ]

Pedro Paulo Zahluth Bastos<sup>1</sup>

**RESUMO** • O artigo defende que a teoria da dependência tem duas vertentes marxistas. A primeira enfatizou a dependência econômica relativa à subordinação das economias dependentes ao capitalismo mundial, enquanto a segunda enfatizou a dependência política. Depois de criticá-las simpaticamente, sugere-se o que é atual e se propõe um método para nova síntese histórico-estrutural que evite os vícios de economicismo e politicismo que caracterizam as duas vertentes. • **PALAVRAS-CHAVE** • Dependência; superexploração; método histórico-estrutural. • **ABSTRACT** • The paper argues that dependency theory has two

Marxist strands. The first emphasized economic dependency, related to the subordination of dependent economies to world capitalism, while the second focused on political dependency. After sympathetically criticizing both camps, the paper suggests what is up-to-date and proposes a method for a new historical-structural synthesis that avoids the vices of economism and politicism that characterize the first and second strands respectively. • **KEYWORDS** • Dependency; superexploitation; historical-structural method.

Recebido em 14 de outubro de 2024

Aprovado em 31 de março de 2025

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10739.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10739

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

Atrasados diante da academia brasileira, círculos acadêmicos no Norte Global voltaram a debater a questão da dependência. A comparação de capitalismo feita por pós-keynesianos de esquerda abordou o tema em vários artigos desde 2016 (STOCKHAMMER, 2022, entre outros). O campo promissor de pesquisas em torno ao conceito de *subordinate financialization*, reunindo pós-keynesianos e marxistas, também recorre produtivamente ao conceito de dependência (ALAMI et al., 2022). Finalmente, uma nova geração de cientistas sociais marxistas vem discutindo o conceito e o aplicando em estudos de caso (ASHMAN, 2023; KVANGRAVEN, 2021; VUKOV, 2023).

O artigo pretende contribuir para o resgate abordando as duas vertentes marxistas no debate latino-americano nas décadas de 1960 e 1970 a partir das obras de Ruy Mauro Marini, de um lado, e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de outro. Como Franklin (2016) demonstrou, ambos se reconheciam como marxistas, e sua produção na época era reconhecida como tal entre outros intelectuais do campo pelo menos até meados da década de 1990, ou seja, até que Cardoso comandasse um governo neoliberal no Brasil. Este artigo os considera como autores marxistas pelo mesmo motivo por que se reconheciam e eram reconhecidos como tais nas décadas de 1960 e 1970, quando escreveram suas principais obras: por uma perspectiva de crítica do capitalismo e de análise da dependência com o uso prioritário de conceitos marxistas (e não estruturalistas ou weberianos). Tal inspiração teórica comum conviveu com diferenças significativas de ênfases analíticas (dependência econômica ou política) e opções de prática política (revolução armada ou reforma institucional). Embora se possa alegar que as opções políticas foram parcialmente legitimadas pelas análises, o artigo não aborda a prática política e sim as ênfases analíticas na dependência econômica ou política<sup>2</sup>.

É digno de nota que Marini e Cardoso desenvolveram controvérsia que iluminou algumas das limitações teóricas e analíticas de cada lado. Além de apontar tais

---

2 O artigo não pretende abordar quando e por que a vertente marxista da dependência econômica, inspirada por Marini, passou a se denominar “teoria marxista da dependência”, excluindo as contribuições de Cardoso e outros do campo do marxismo (FRANKLIN, 2016). O artigo utiliza o termo “ênfase analítica” para frisar que há apenas prioridade na dependência econômica ou política, e não abordagem exclusiva de aspectos econômicos ou políticos em cada vertente, ou seja, é uma questão de ênfase e não de exclusividade.

limitações sem deixar de valorizar suas contribuições, o artigo faz novas críticas, especialmente às de determinismo econômico em Marini e subestimação das limitações da estrutura econômica em Cardoso e Faletto. A partir dessa crítica, o artigo considera que qualquer nova contribuição ao campo deve evitar suas más abstrações ao construir uma nova síntese da economia política histórico-estrutural. Buscando incorporar o que é válido nas duas vertentes, defende-se que a nova síntese deve partir donde pararam Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Alonso Barbosa de Oliveira.

## **A VERTENTE MARXISTA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

A primeira vertente da teoria da dependência representou uma releitura do conceito e da história do imperialismo desde o Terceiro Mundo (como se dizia), mas seu primeiro expoente foi Andre Gunder Frank, um economista germano-estadunidense que fizera pesquisa no Brasil no início da década de 1960. Aqui, foi influenciado por Caio Prado Jr. na incorporação explícita da noção de que a colonização moderna foi um empreendimento mercantil e na rejeição da caracterização feudal da agricultura brasileira (no passado e no presente). O primeiro artigo convertido em capítulo do livro *Capitalism and underdevelopment in Latin America* (FRANK, 1969) foi redigido no Brasil citando largamente textos em português de Prado Jr., sendo precedido por carta em que Frank corrobora tese do historiador brasileiro (SECCO, 2014). Nesse artigo, publicado em fevereiro de 1964 na revista *Brasiliense* (editada por Prado Jr.), Frank ([1964]2012) criticou a hipótese de dualismo estrutural – setor feudal/escravista arcaico *vs.* setor capitalista moderno – propalada para justificar a estratégia de desenvolvimento no capitalismo, alegando não haver a oposição entre o bloco da burguesia nacional e o das camadas populares, interessado em realizar a reforma agrária e outras reformas “burguesas” contra o imperialismo e os latifundiários arcaicos. Não havia aliados do povo burguesia. Assim, Frank repetia tanto o diagnóstico quanto as críticas feitas por Caio Prado Jr. – em artigos coletados em *A questão agrária* (1979) e sintetizados em *A revolução brasileira* (1966) – à linha dirigente do PCB (PCdoB até 1962) que lutava pela via democrático-burguesa (IUMATTI, 2007), criticando as concepções que enfatizavam o feudalismo agrário brasileiro (Furtado, Nelson Werneck Sodrê etc.) ou os orientandos de Florestan Fernandes no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit/USP), como Fernando Henrique, Octavio Ianni e Paul Singer, que constataavam e previam o avanço avassalador do capitalismo sobre os resquícios feudais no campo. Isso não podia acontecer porque o Brasil sempre foi capitalista, defende Frank, citando Caio Prado Jr. e antecipando por uma década o argumento central de Immanuel Wallerstein (1974), embora com menos nuances que Cardoso de Mello ([1975]1998).

Para Frank, a partir da expansão comercial-colonial, o capitalismo mundial se desenvolvera na forma de uma polarização crescente entre o centro metropolitano e os satélites periféricos, de modo que não haveria viabilidade de um desenvolvimento capitalista comandado por burguesias nacionais nos satélites. Além da dependência, haveria um impasse crescente manifesto no golpe militar de 1964: o capitalismo dependente promovia apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento à medida

que atendia às necessidades dos países desenvolvidos e não das massas trabalhadoras locais, sofrendo problemas crescentes de realização do excedente e baixo crescimento. Por isso, não haveria esperanças de melhoria da situação da classe trabalhadora exceto no socialismo. Como o consentimento popular seria impossível na periferia por conta de uma característica estrutural do capitalismo dependente, restava o recurso a ditaduras militares para preservar um capitalismo crescentemente estagnado e excludente. A democracia enquanto tal seria impossível na periferia, para não falar de reformas democrático-burguesas. Em suma, a versão inicial da teoria da dependência previa a impossibilidade crescente do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, já que a concentração da renda e da riqueza agravava os problemas de realização inerentes a qualquer capitalismo, reforçando também a contradição entre democracia e capitalismo.

Em perspectiva semelhante, Theotônio dos Santos (1968) cunhou o termo “nova dependência” para caracterizar a preservação da dependência externa com a industrialização latino-americana comandada por filiais estrangeiras. Como Furtado (1966), Santos (1970, p. 235) enfatizou os limites ao crescimento do mercado interno na situação de nova dependência: as novas tecnologias industriais superavam a crise dos sistemas primário-exportadores dependentes às custas de criar crises e problemas de realização ainda maiores na situação de nova dependência. Os sistemas urbano-industriais característicos da nova dependência eram liderados por filiais estrangeiras associadas a uma grande burguesia local que era dependente e autocrática, e não nacionalista e democrática. Os problemas de realização das vendas ocorriam em virtude das escalas de produção dos investimentos industriais que frustravam seus próprios mercados ao substituir trabalhadores por tecnologias novas. Consequentemente, o subconsumo dos trabalhadores em razão do desemprego tecnológico, do subemprego e dos baixos salários limitaria o crescimento das novas indústrias de bens de produção e consumo durável.

Além da limitação dos mercados, haveria escassez de recursos financeiros graças às remessas de lucros, o que bloqueava novos investimentos mesmo onde houvesse oportunidades de mercado. Afinal, como as filiais absorviam um volume importante dos lucros, o vazamento deles prejudicava não apenas os seus investimentos como também os de todos os atores do sistema. Em síntese, a nova dependência agravaria o desenvolvimento do subdesenvolvimento, inviabilizando democracias burguesas nas periferias do capitalismo. Daí haver apenas a opção entre fascismo ou socialismo, de modo que soluções intermediárias como o reformismo de Furtado se provaram “vazias e utópicas” (SANTOS, 1970, p. 236). Logo, a luta armada contra o fascismo era aconselhada teoricamente, considerando a impossibilidade estrutural de melhorar as condições de trabalho e consumo dos trabalhadores no capitalismo dependente. Como Estados fascistas recorriam meramente às armas por não poderem oferecer concessões para cooptar o consentimento dos trabalhadores a uma dominação monstruosa, eles se tornavam vulneráveis à revolta dos superexplorados<sup>3</sup>.

---

3 Fernandes ([1981]2015) caracterizava as ditaduras na América Latina como fascistas, propondo explicação prejudicada pela hipótese de que não havia conflitos entre frações da burguesia subordinadas aos mesmos graus e tipos de dependência, o que é refutado empiricamente por contradições em todos os governos da ditadura militar desde 1964 (MORAES; BASTOS, 2022).

## **RUY MAURO MARINI: SUPEREXPLORAÇÃO, SUBCONSUMISMO E SUBIMPERIALISMO**

Talvez a interpretação mais ambiciosa na vertente marxista da dependência econômica seja de Ruy Mauro Marini, publicada no artigo “A dialética da dependência” (MARINI, 1972; 1981)<sup>4</sup>. Marini afirma que a essência da dependência latino-americana é o fato de que a acumulação de capital é fundada na superexploração do trabalho, conectada pelo comércio desigual à acumulação de capital baseada no aumento da produtividade do trabalho nas nações industriais. A causa da superexploração seria a transferência de valor para as nações industriais que pressiona os capitalistas dependentes a superexplorar. A principal consequência seria a estratificação do mercado interno em duas esferas de circulação: o consumo dos trabalhadores seria atendido pela produção interna, e o consumo dos capitalistas, por importações. Em seguida, a crise internacional do entreguerras bloquearia a acumulação baseada em exportações e forçaria a substituição de importações de bens de consumo por produção local. Como a “industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente” (MARINI, 1981, p. 61-62 – tradução minha), os capitalistas dependentes não se interessam em criar mercados com redução de preços e sim em elevar margens de lucro com elevação de preços e redução de salários, aproveitando o excedente de desempregados deixado pela economia exportadora. Assim, “a economia industrial dependente reproduz, de maneira específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador [...] [e] a separação entre as esferas alta e baixa da circulação”, o que leva a “crises de realização” e à “solução subimperialista” (MARINI, 1981, p. 63-64; p. 73-74; p. 75-76 – tradução minha).

O argumento de Marini tem semelhança óbvia com o de Celso Furtado, embora este siga Arthur Lewis (1954) ao definir a dita “oferta ilimitada de mão de obra” como motivo de superlucros, mas não de superexploração, e caracterize de tendência à estagnação o que Marini chamará de crise de realização por conta do subconsumo dos trabalhadores. Embora marxista, Marini diverge de Rosa Luxemburgo: enquanto ela considerava que o subconsumo induzia capitalismo industrial à expansão imperialista em busca de novos mercados (BREWER, 2002, cap. 3), Marini (1981, p. 60) acompanha Furtado e alega que o capitalismo “clássico” já tinha resolvido o problema ao transferir ganhos de produtividade para os trabalhadores/consumidores, fazendo do mercado interno de consumo o próprio eixo de um capitalismo estranhamente assentado na demanda popular. Logo, o problema do subconsumo só existiria no capitalismo dependente que generalizava a superexploração:

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito pouco, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições salariais específicas dos trabalhadores [...] não sendo um elemento essencial do consumo individual do trabalhador, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não é, portanto, a desvalorização das manufaturas que

---

4 Por razões de espaço, aqui não é possível abordar com detalhes as obras anterior e posterior de Marini.

influenciará a taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, ao reduzir o valor da unidade de produto, depreciar o valor da força de trabalho, e o leva, ao contrário, a procurar aumentar a mais-valia por meio de maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalho, bem como o rebaixamento dos salários para além de seu limite normal [...].

Para isso, um fator decisivo foi a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais voltados para tipos de consumo que, se tendem a converter-se em consumo popular nos países avançados, não o podem fazer em hipótese alguma nas sociedades dependentes. (MARINI, 1981, p. 64; p. 72 – tradução minha).

Marini não apresenta nem dados empíricos nem explicação dos esquemas de reprodução setorial que sustentem as hipóteses de capitalismo orientado pelo consumo popular, de um lado, e capitalismo da superexploração, de outro<sup>5</sup>. Do subconsumo, Marini deduz a saída da crise de realização via subimperialismo, ou seja, a busca de mercados externos em outros capitalisms dependentes (sem explicar como estes teriam gerado mercados de consumo na escala necessária). Para garantir tanto a superexploração quanto o subimperialismo, um Estado não só autoritário como fascista é considerado imperioso para assegurar a reprodução do capitalismo dependente.

Avaliemos Marini por partes. Para ele, o subconsumo é explicado pela superexploração, que teria origem no intercâmbio desigual do século XIX. Segundo Marini: “O simples fato de algumas nações produzirem bens que as outras não produzem, ou não podem produzir com a mesma facilidade, permite que as primeiras burlem a lei do valor, ou seja, vendam seus produtos a preços mais altos do que seu valor, criando assim uma troca desigual” (MARINI, 1981, p. 34 – tradução minha).

O argumento tem problemas teóricos porque Marini não explica os mecanismos de transferência de valor nem intra nem entre ramos ou entre nações. O primeiro problema é que não basta que uma nação se especialize em produtos industriais importados por outra se o padrão de concorrência no ramo industrial obriga os capitalistas a transferirem ganhos de produtividade para preços. É preciso explicar por que os preços não caem em ritmo com o aumento da produtividade. Segundo: se os preços industriais não caem de acordo com o valor, mas também não aumentam, os importadores no capitalismo dependente deixam de ganhar, mas não perdem. Ao contrário do que supõe Marini, o aumento da produtividade no país industrial em si não implica dreno internacional de valor em qualquer direção. Terceiro: Marini (1981, p. 24-25; p. 95-96) explica a funcionalidade da superexploração para os países industriais a partir do argumento equivocado de que o aumento da produtividade do trabalho industrial levaria não só à redução do valor social da unidade do produto como também à redução da mais-valia, o que só ocorreria se, ao contrário do capitalismo, o preço caísse, a quantidade produzida não aumentasse e os trabalhadores não fossem jogados no exército de reserva. Quarto: uma troca desigual ocorre mesmo que os termos de intercâmbio sejam estáveis caso os ganhos

---

5 Ver as críticas de: Cueva; Calvo (1974, p. 25-27; p. 34-37) e Cardoso; Serra (1979).

de produtividade sejam maiores na nação industrial sem serem transferidos para preços menores. Porém, isso significa a existência de rendas monopólicas apropriadas por capitalistas ou trabalhadores, o que os torna mais ricos sem tornar o capitalismo dependente absolutamente mais pobre. Logo, ao contrário do que alega Marini, é preciso incorporar a deterioração dos termos de intercâmbio e processos vinculados à oferta e à demanda – e não apenas a troca desigual – para que ocorra o fenômeno requerido por sua explicação, o dreno de parte da mais-valia para a nação industrial. De todo modo, como a deterioração dos termos de intercâmbio ocorreu como tendência (mas não em cada ciclo de preços), o argumento de Marini não é inválido com várias qualificações teóricas e empíricas<sup>6</sup>.

Como o modelo de Marini para o surgimento da indústria alude à história brasileira, cabe alertar que ele não se enquadra no modelo. Seu argumento é que a pressão sobre a lucratividade levaria os capitalistas na nação dependente a reconstituírem a taxa de lucro apenas de três maneiras: maior intensidade do trabalho, maior jornada e rebaixamento do custo de contratação da mão de obra aquém do que é necessário para sua reprodução. Ora, para restaurar lucratividade diante da deflação das *commodities*, Furtado ([1959]1989) aludia à depreciação cambial, que é causa e não efeito da redução do salário real. Mesmo assim, Cano ([1975]1990) e Suzigan (1986) mostraram que o consumo dos trabalhadores já ativava o mercado industrial antes de 1914, e que o progresso técnico também modificava o processo de trabalho na agricultura, o que refuta dois argumentos de Marini: 1) os capitalistas não buscariam ganhos de produtividade do trabalho porque os salários não os pressionam a fazer isso; 2) os trabalhadores não consomem produção sujeita a ganhos de produtividade (MARINI, 1981, p. 72-73; p. 64).

Para períodos posteriores, o primeiro argumento é insuficiente teoricamente porque a busca de ganhos de produtividade pode ser explicada, como faz Marx (2017, cap. 3), pela busca de lucros extraordinários no plano da concorrência capitalista independentemente da taxa de salários (o que Marini contraditoriamente repete em outro contexto). O argumento é equivocado empiricamente para o caso modelar (Brasil), pois desconsidera o impacto de elevações do salário mínimo sobre a lucratividade de empresas de menor produtividade (TAVARES; SOUZA, 1981) e, politicamente, a resistência histórica à elevação do salário mínimo (BASTOS, 2012a). O segundo argumento é insuficiente teoricamente porque ganhos de produtividade restauram a lucratividade ainda que se limitem à economia de capital constante, ao tempo de rotação do capital, ou permitam despedir trabalhadores, e porque a produção de alimentos também é sujeita a ganhos de produtividade. É equivocado empiricamente para o caso modelar, porque: 1) séries históricas mostram significativos ganhos de produtividade tanto na produção de bens agrícolas e agroindustriais, quanto na fabricação industrial, seja de bens de consumo, seja na produção e no uso de bens intermediários e de capital, e até no setor de serviços (CONTADOR; HADDAD, 1975; BACHA; BONELLI, 2001); 2) pesquisas da cesta de consumo indicam acesso crescente dos trabalhadores a produtos industriais,

---

6 Vários estudos recentes de séries históricas confirmam a deterioração: Erten & Ocampo (2013); Arezki et al. (2014).



inclusive bens duráveis, embora de modo desigual (COUTINHO, 1979); 3) o leque salarial tem períodos de redução ou ampliação tanto por variações do piso quanto dos tetos, com grande heterogeneidade do mercado de trabalho (TAVARES; SOUZA, 1981).

Tais equívocos teóricos e empíricos indicam o principal problema metodológico de Marini: o economicismo em nível exagerado de abstração, que aliás ele mesmo admite (mas não sana) na primeira resposta a Cardoso (MARINI, 1981, p. 81-82). Um equívoco central é, constatada a superexploração, prever sua generalização nos vários ramos e empresas nos diversos capitalismos dependentes, sem buscar mediações analíticas (econômicas ou não) e informações históricas e empíricas sistemáticas. Teórica e empiricamente, Anibal Pinto ([1970]2000) estava correto ao caracterizar as economias latino-americanas não segundo a generalização da superexploração, mas segundo a *heterogeneidade estrutural*, uma caracterização mais precisa e nuançada que Marini preferiu ignorar a debater mesmo que aludisse à heterogeneidade tecnológica. A heterogeneidade estrutural permite explicar por que a superexploração é mais importante para pequenas empresas marginais em quaisquer ramos e muito menos para grandes empresas privadas ou estatais, um argumento presente desde 1970 nas obras da principal discípula de Pinto (Maria da Conceição Tavares) incorporado tardiamente e com poucas nuances por Marini ([1982]2015) sem a devida citação.

Na primeira resposta a Cardoso, Marini (1981, p. 100) alude a uma combinação entre exploração por mais-valia relativa e superexploração que o aproxima dos conceitos de heterogeneidade estrutural ou de desenvolvimento desigual e combinado usado por Anibal Quijano ([1968]2020) ou Tavares e Serra (1982): o fato de que a superpopulação relativa pode advir da busca de mais-valia relativa que joga no exército “industrial” de reserva uma parte da população que não volta a ser absorvida pela indústria de transformação. É digno de nota que esse era o argumento de Cardoso (1971a) na crítica à explicação da marginalidade por Jose Nun (1969). Embora Marini (1981, p. 94) elogie a crítica de Cardoso a Nun, usa o argumento de Cardoso contra Cardoso e alega erroneamente que este declara que no capitalismo dependente só haveria exploração por mais-valia relativa (MARINI, 1981, p. 92), quando Cardoso (1973, p. 57) só afirma que a “nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa” mediante novas tecnologias, o ponto já feito por Theotônio dos Santos que Marini ([1982] 2015) repetiria mais tarde sem citação. No mesmo texto, Cardoso (1973, p. 65) alega que há “ilhas de prosperidade em mares de miséria” depois de afirmar haver superexploração mesmo nos países desenvolvidos (CARDOSO, 1971a, p. 129).

O argumento de Cardoso apropriado por Marini – combinar mais-valia relativa e superpopulação – é correto, mas contradiz a explicação original de Marini para o aumento da taxa de mais-valia relativa exclusivamente mediante redução de preços dos bens que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, abstraindo a redução do capital variável mediante demissão de trabalhadores e não só diminuição salarial. De todo modo, mais importante que a possibilidade teórica é a pesquisa para avaliar o quanto a superpopulação superexplorada nas cidades era gerada pelo desemprego industrial ou sobre-representava os 39 milhões de retirantes rurais que, entre 1950 e 1980, foram expulsos do campo pela violência dos latifundiários e da seca e atraídos pela cidade pela perspectiva de uma vida melhor, para não falar de ascensão social (MELLO; NOVAIS, 1998).



Do ponto de vista analítico, isso era e é importante para entender a estrutura complexa e segmentada e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Do ponto de vista político, isso era relevante porque, primeiro, cair do emprego industrial sujeito à mais-valia relativa para a superexploração e a miséria é diferente de fugir de ocupações superexploradas nas fazendas capitalistas que prolongavam formas semiescravidades de trabalho (PRADO JR., 1966), em busca de alguma melhoria no mercado de trabalho urbano; segundo, como muitos críticos ao populismo apontaram, uma população urbana semianalfabeta e sem experiência de organização, que considera estar melhor no emprego pobre na cidade do que na miséria rural, é presa fácil para demagogos burgueses (como Jânio Quadros) e base improvável de movimentos da vanguarda revolucionária. Tal superpopulação também pode internalizar parcialmente a discriminação subalterna (de classe, raça e gênero) que legitima sua condição de objeto privilegiado de superexploração<sup>7</sup>.

Nenhuma dessas questões pode ser examinada, no elevado nível de abstração em que opera Marini, sem integração das lutas e conflitos de classe na análise, sem conceitos mediadores para explicar a variação entre diferentes situações estruturais de dependência e sem análise histórica e empírica. Mesmo no nível mais alto de abstração, o conceito de heterogeneidade estrutural e a grande bibliografia que inspirou e inspira são mais verossímeis e fecundos do que o dualismo estrutural ou a tendência de generalização da superexploração.

De todo modo, vincular a superpopulação relativa ao exército “industrial” de reserva gerado pelo progresso tecnológico permite desvincular a explicação da superexploração da troca desigual. Como negar a presença de superexploração sobre o hoje chamado precariado em países hiperindustrializados *em que os termos de troca têm tendência favorável*<sup>8</sup>? Por que a mais-valia relativa deveria se limitar a nações industriais imperialistas, e a superexploração, a regiões dependentes? Por que a superexploração não pode ser entendida como geral ao capitalismo se as três formas que assume já foram discutidas por Marx (HIGGINBOTTOM, 2023)?

Assim como a superexploração existe nos capitalismos hiperindustrializados, a mais-valia relativa é comum nos capitalismos dependentes. Sua extensão depende da estrutura heterogênea dos diferentes capitalismos, de sua posição na economia mundial e da conjuntura das lutas sociais. O progresso técnico foi e ainda é método capitalista de exploração do trabalho – e eventualmente de hegemonia “americanista” nos termos de Gramsci – usado na periferia do capitalismo, combinando-se complexamente com a superexploração. Onde se difundem processos industriais, criam-se condições técnicas, não necessariamente políticas, para elevação do salário real (direto ou na forma de bens públicos). Logo, dependendo da conjuntura da luta de classes, a taxa de salários pode variar dentro de certos limites estruturais, sem

---

7 Não podemos ignorar um tema ausente na primeira geração de dependentistas (OLIVEIRA, 2021): a discriminação étnico-racial e de gênero. Como Moura ([1977]2021, p. 33-36) apontou, a “franja marginal” era (e ainda é) preta – e sobretudo da mulher preta – e, como a luta de classes, racismo e sexismo não têm explicação economicista.

8 Marini (2008b, p. 267-8) alude a isso tardiamente, sem citar Quijano ([1968]2020, p. 135) e Cardoso (1971a, p. 129).

ser determinada por estes como queria Marini. Isso é evidente no ciclo de governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil entre 2003 e 2016 (quando o salário mínimo real cresceu 78%), ou pelo Movimiento Regeneración Nacional (Morena) no México entre 2018 e 2024 (quando o salário mínimo real cresceu 109%). O que Marini diria disso, considerando que elogiou o desenvolvimentismo sul-coreano no seu penúltimo texto (MARINI, 2008, p. 269-270), mesmo depois das reformas neoliberais que levaram à então iminente crise de 1997?

Quanto à saída subimperialista para a crise de realização da década 1960, a recuperação cíclica do que se chamou de “milagre econômico” a refutou pois não foi puxada pelas exportações e sim pela demanda industrial interna (LIMA, 2020). A ditadura brasileira ampliou a repressão enquanto usava a extensão do acesso a bens duráveis e habitações e do crédito habitacional e ao consumidor como métodos de expansão econômica e legitimação política.

O erro empírico de Marini, porém, não elimina a relevância do conceito de subimperialismo. A economia brasileira tornou-se de fato o centro de operação de filiais estrangeiras que, a partir da década de 1950, passaram a ofertar produtos industriais para o mercado continental. Isso condenou a estrutura produtiva de outros países sul-americanos à periferia, pois tratados comerciais tornavam seus mercados alvos fáceis das exportações das filiais, inviabilizando concorrentes nos ramos mais intensivos em escala, capital e tecnologia (BASTOS, 2012b). Assim, o Brasil, como semiperiferia ou subimperialismo (a depender da perspectiva), era tanto objeto quanto veículo do imperialismo econômico, enquanto a periferia sul-americana era apenas objeto.

Contudo, tal posição econômica estrutural não determina necessariamente a posição do Estado brasileiro como veículo político do imperialismo ou da resistência a ele, o que depende também da conjuntura política com autonomia relativa em relação a processos econômicos. Durante a ditadura militar, por exemplo, o Estado brasileiro foi favorecido pela expansão das vendas industriais para a América Latina e funcionou como liderança ativa na cooperação contrarrevolucionária na América Latina antes mesmo da Operação Condor (SIMON, 2021). Porém, décadas depois o governo Lula foi fortemente favorecido pelo crescimento das exportações das filiais estrangeiras no continente, mas financiou serviços de engenharia para grandes obras de infraestrutura demandadas pelos demais governos e apoiou os governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa contra tentativas de golpe de direita apoiadas pelo imperialismo estadunidense (BASTOS; HIRATUKA, 2020, p. 31-32).

Em suma, independentemente do modo problemático como Marini usa as categorias que propõe, as categorias de superexploração e subimperialismo têm um potencial que extrapola seu uso pelo autor. Marini pode não ser ponto de chegada, mas é um bom ponto de partida. Contudo, precisamos de uma metodologia que desça o nível de abstração em relação ao economicismo exagerado de Marini, com integração das lutas e conflitos de classe na análise e com conceitos mediadores para explicar a variação entre diferentes situações histórico-estruturais de dependência. Rejeitando o economicismo, a vertente marxista da dependência política caminhou em direção a uma metodologia histórico-estrutural, mas incorreu em outro vício metodológico.

## A VERTENTE MARXISTA DA DEPENDÊNCIA POLÍTICA

O campo marxista da dependênciapolítica foi inaugurado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975). Um alerta: não são weberianos, uma espécie de insulto sem fundamento só feito após mais de 20 anos de debate marxista. Mal ou bem, têm como chave de análise a relação entre as políticas de Estado e as classes sociais, argumento estranho à tradição weberiana em geral (e a Raymundo Faoro no Brasil). Ao contrário da ênfase de Marx e dos marxistas na luta de classes, weberianos tendem a conferir autonomia absoluta aos gestores do Estado, que são entendidos como os próprios donos do poder político (BASTOS, 2022). Uma vez que Cardoso e Faletto analisam como, ao longo do tempo, o poder político representa e organiza classes e frações de classe (entendidas segundo critérios marxistas vinculados às relações sociais de produção e não à estratificação social de inspiração weberiana), não podem ser confundidos com weberianos. Ademais, Cardoso (1972) considera que sua análise da dependência é diretamente tributária da teoria marxista do imperialismo. A alegação de weberianismo feita por Ouriques (1995) no mínimo desconsidera a diferença entre a análise política marxista e a weberiana (ênfase ou abstração da luta e da representação política de classes sociais e suas frações) e no máximo confunde o marxismo com análise econômica, o que normalmente leva a deduções economicistas de processos políticos e sociais irreduzíveis<sup>9</sup>.

Enquanto a teoria geral da dependência proposta por Marini deduz a incapacidade de desenvolvimento exceto nas situações de subimperialismo, Cardoso e Faletto são muito menos categóricos e peremptórios, pois consideram que há maior contingência e diversidade nas trajetórias dos casos nacionais de dependência. Isso não significa que os autores partilhem do nacionalismo metodológico, ou seja, que analisem cada caso nacional de dependência sem considerar o sistema mundial e sem investigar as articulações entre os casos. Pelo contrário, a autonomia plena estará fora de questão enquanto houver dependência, ou seja, enquanto o país subdesenvolvido estiver integrado em posição subordinada na estrutura global do sistema. Contudo, as formas de inserção dos diversos países não são as mesmas, sendo, portanto, importante diferenciar e comparar os casos segundo critérios claros. Isso significa que a dependência não necessariamente impossibilita o desenvolvimento capitalista, mas pode até trazer crescimento e diversificação econômica, como era esperado, aliás, pela primeira geração de autores marxistas do imperialismo, mas nem sempre por Marx<sup>10</sup>.

Cardoso e Faletto acompanham a tradição marxista original e afirmam a existência de diversas trajetórias e formas de inserção das sociedades dependentes

---

9 Para uma revisão séria que demonstra que Cardoso e Faletto eram fundamentalmente marxistas e que foram reconhecidos como tal até meados da década de 1990, ver: Franklin (2016).

10 Para caracterizar a posição de Marx, muito se enfatizam passagens eurocêtricas do Manifesto Comunista ou de seus escritos sobre a Índia em que ele mostra otimismo com os efeitos a longo prazo da imposição violenta pela Inglaterra de relações sociais capitalistas, tidas como um acicate para estimular o desenvolvimento histórico de uma sociedade “asiática” quase estática. Contudo, frequentemente se desconsideram seus comentários no sentido inverso sobre os efeitos da dominação inglesa da Irlanda, que prenderiam a colônia em uma especialização primária com pequeno potencial de desenvolvimento da produtividade (BREWSTER, 2002, cap. 2)

na economia mundial com diferente potencial de desenvolvimento. Podem-se questionar seus critérios analíticos para diferenciar e comparar os casos – como farei –, mas considero que sua posição metodológica é um bom começo, procurando combinar determinantes sistêmicos e nacionais, econômicos e políticos, estruturais e conjunturais, de um modo que as vertentes econômicas da dependência não o fazem.

O argumento metodológico é o que o sistema mundial e as transformações nas formas de expansão capitalista desde os centros imperialistas influenciariam o funcionamento e as mutações das partes, mas não o determinariam mecanicamente “desde fora”, inclusive porque a dependência se expressa sempre por meio de conflitos no interior do próprio sistema político da sociedade dependente. A dependência é mediada por alianças políticas variáveis e contingentes entre agentes sociais externos e internos que filtram o impulso internacional ao definirem quais potencialidades econômicas serão aproveitadas na interação com o sistema mundial. Não se prevê que as classes dominantes tradicionais carregarão as burguesias nacionais frágeis em direção à industrialização diante do acicate das ameaças e possibilidades externas referidas por Trotsky, podendo preferir preservar a dependência tradicional (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 28-29).

Desse modo, a forma de integração das diferentes regiões e países variaria em função do modo como o sistema político local reagiria à alteração dos condicionantes externos e de tendências do sistema econômico, podendo ou não aproveitar novas oportunidades de diferenciação econômica. Referindo-se à possibilidade de industrialização, Cardoso e Faletto abordam aquilo que foi chamado de “nova dependência” por Santos (1968), argumentando que ela também era mediada por grupos locais. Nesse caso, ao contrário das previsões mais pessimistas quanto à possibilidade de desenvolvimento, as filiais industriais não reproduziriam e sim contribuiriam para superar a especialização primário-exportadora através da chamada “internacionalização do mercado interno”.

Logo, as formas de dependência poderiam variar não apenas em razão de condicionantes estruturais vinculados à base material e às formas tradicionais de inserção nas cadeias globais de valor, mas também em razão do encaminhamento do processo político. É por isso que Cardoso (1971b) acentuou a importância do método histórico-estrutural (BASTOS, 2020), e que Peter Evans (1987) denominou como histórico-estrutural a versão de Cardoso para a teoria das situações de dependência. Assim, a estagnação e mesmo a regressão estrutural não seriam um resultado inevitável da dependência enquanto tal, mas apenas o efeito de uma das formas que ela pode assumir. Ao contrário de prender países periféricos em formas tradicionais de dependência, a nova dependência resultara em desenvolvimento das forças produtivas em direção à industrialização e, assim, poderia até ter certo apoio político em parte das camadas médias e populares. A análise do processo político é importante porque grupos locais que percebem a industrialização como uma ameaça de perda de *status* e riqueza devem ser superados por coalizões favoráveis que contem não apenas com frações da burguesia, dos trabalhadores e das camadas médias, mas também com o capital estrangeiro e seus representantes locais.

Mais do que uma teoria geral, o enfoque propõe um esquema de análise das diferentes situações de dependência levando em conta a particularidade dos

condicionantes externos, de um lado, e da estrutura econômica e das relações de poder locais, de outro. O vetor dessas forças resultaria, em cada situação nacional de dependência, em certo potencial de desenvolvimento das forças produtivas e reposicionamento no sistema internacional que diferenciaria os casos de desenvolvimento dependente.

O problema do enfoque histórico-estrutural de Cardoso e Faletto é sua subestimação das limitações estruturais que era tão enfatizada por Marini ([1978]2008a), inclusive em sua resposta à crítica de ambos. A análise histórica de Cardoso e Faletto parece conter-se nos processos políticos, sem hipóteses teóricas sobre os limites colocados pela estrutura econômica e sua evolução histórica nem sequer para reagir aos limites identificados por Furtado ou Santos acima descritos<sup>11</sup>. Marini (como Frank e Wallerstein) pode ser acusado de hiperestruturalismo e exagero nas previsões teóricas economicistas, deixando pouco espaço para a autonomia relativa dos conflitos sociopolíticos. Inversamente, em típica postura politicista, Cardoso e Faletto não balizam a luta de classes em um quadro estrutural cuja mudança seja explicada em parte por hipóteses oriundas, por exemplo, das teorias sobre o imperialismo e da mudança econômica estrutural nos países periféricos. Se a estrutura de Marini tem pouco processo político, a política de Cardoso e Faletto não tem estrutura em processo.

Essa crítica fundamental foi feita com grande acurácia por Vania Bambirra ([1972]2013) no clássico *O capitalismo dependente latino-americano*, que Cardoso e Faletto preferiram ignorar a dar uma resposta que admitisse seus limites analíticos. Para Bambirra, o problema é que eles não respeitam sua própria metodologia por não integrarem as mudanças estruturais da economia, seu impacto sobre o poder das classes e frações de classes sobre o conflito sociopolítico. A economia aparece apenas como um quadro estrutural estático, não sujeito ao próprio método histórico-estrutural que é aplicado ao movimento descontextualizado da política. A partir de hipóteses simples sobre a estática estrutural da economia retiradas esquematicamente do enfoque cepalino, Cardoso e Faletto analisam ações políticas não contextualizadas materialmente<sup>12</sup>.

Por exemplo, quando Cardoso e Faletto analisam o sucesso ou o fracasso dos casos nacionais em direção à industrialização pesada sob nova dependência, o influxo do capital estrangeiro e seu perfil setorial parecem depender só da política de atração do capital que o sistema político pode ou não fazer com autonomia em relação a limites sobredeterminados pela estrutura econômica. Assim, independentemente de análise detida sobre os limites, dinâmica cíclica e mudanças da estrutura econômica, tudo se passa como se o convite (ou não) às filiais estrangeiras e a criação (ou não) de um “ambiente” amigável bastassem para transitar para a situação de “nova dependência” com industrialização pesada, a despeito da estrutura econômica prévia do capitalismo periférico em questão.

Malgrado a promessa metodológica do enfoque histórico-estrutural, há

---

11 Além dos limites apontados por Furtado depois de aderir ao enfoque da dependência, ver: Rossi; Mello; Bastos (2020).

12 Para crítica semelhante e menos criativa: Cueva; Calvo (1974).

pouca história na estrutura econômica de Cardoso e Faletto, e pouca estrutura na sua análise política. Ou seja, falta a combinação sintética e dialética de estruturas, mudanças histórico-estruturais e processos econômicos e políticos. Se o critério para explicar o modelo de desenvolvimento dependente é a existência ou não de um sistema político disposto a fazer o convite para o capital estrangeiro, faltam hipóteses sobre a mudança estrutural dos distintos modelos de acumulação de capital nos países da América Latina, a partir da qual se pode analisar a possibilidade de conexão com a nova dependência, que é possível materialmente em uns, mas não em outros. Se formos ligeiramente mais lenientes com Cardoso e Faletto, talvez o problema seja que seguem acriticamente a periodização histórica das mudanças estruturais proposta pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), assim como a explicação para a “passagem econômica” de uma fase a outra segundo a resposta a choques externos, sem avaliação do condicionamento dado pela evolução prévia da estrutura econômica interna. Na crítica rápida mas precisa de Cardoso de Mello ([1975]1998, p. 27), parece que Cardoso e Faletto apenas agregaram ao esquema cepalino as classes sociais que sustentam as formas de dependência em cada período, sem “esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade”, ou seja, sem análise dos esquemas materiais de reprodução do capital que mudam em cada etapa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA UMA NOVA SÍNTESE DA ECONOMIA POLÍTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL**

As críticas indicam a necessidade de uma nova síntese dos enfoques sobre a dependência que seja capaz de evitar o economicismo e o politicismo e combinar a análise das duas ordens de restrição estrutural e de processo histórico de modo sintético e dialético. Quais características uma nova síntese deve ter? A meu ver, deve partir de onde pararam Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Alonso Barbosa de Oliveira. Como professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que foi aluno de três desses mestres na periferia do capitalismo, devo reconhecer que o ponto de partida foi elaborado por Bambirra ([1972]2023) a partir do método histórico-estrutural proposto mas não realizado por Cardoso e Faletto.

Para integrar economia e política, Bambirra ([1972]2023, p. 39) opera a partir do método de aproximações sucessivas à complexidade concreta, que se inicia da caracterização geral da situação de dependência para a análise do processo de transformação das diversas estruturas dependentes nacionais. Antes de chegar ao nível mais concreto, ela propõe um nível intermediário que retém a diferença essencial entre tipos de estrutura, sem desconhecer que “a economia mundial tem que ser tomada como determinante em última instância” que condiciona os tipos de situação de dependência que têm diferentes possibilidades estruturais, ou seja, trajetórias



históricas delimitadas estruturalmente<sup>13</sup>. Assim fazendo, Bambirra escapa tanto do hiperestruturalismo de Frank e Marini quanto do politicismo de Cardoso e Faletto:

Esta formulação da metodologia marxista nos parece a mais adequada, pois torna explícito o significado do que são, como condicionantes, o fator econômico e a dependência. Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. Por isso, se a intenção é realizar uma análise científica, esta tem que encontrar em tais fatores condicionantes não apenas um pontode partida, mas também seu objeto fundamental de investigação. (BAMBIRRA, [1972]2023, p. 40-41).

Seu método é histórico-estrutural porque desce das abstrações teóricas para a investigação dos critérios de diferenciação histórica dos tipos estruturais de dependência e das mudanças de suas possibilidades estruturais. As determinações recíprocas entre estruturas e processos operam do seguinte modo: tipos estruturais (bem diferentes de tipos-ideais weberianos) admitem processos de mudança que só podem ser alargados pelo conflito político até certo ponto, uma vez que as classes e frações de classes estão enraizados materialmente, mas não agem mecanicamente; agem politicamente no interior de limites estruturais onde não escolheram estar. Fazem a história (apenas em primeira instância) em condições dadas e herdadas do passado que mudam, em última instância, segundo transformações estruturais que ocorrem nos capitalismo imperialistas que condicionam as situações de dependência. Ainda em nível elevado de abstração, Bambirra afirma uma concepção estrutural de dependência que não reifica a economia ao estruturar a política:

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos “nacionais” internos – seja dependente [...]. Essa submissão política, porém, deve ser entendida em função da ausência de alternativas para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista. (BAMBIRRA, [1972]2023, p. 144-145).

Extrapolando o artigo descrever como a autora operacionaliza o método na comparação bem rica das situações, possibilidades e mudanças estruturais dos tipos de dependência diante de cada determinação em última instância tecida pelas

---

13 Cardoso de Mello ([1975]1998, p. 26) se equivoca ao considerar que sua distinção entre determinantes externos em última instância e determinantes internos em primeira instância provém de Cardoso e Faletto, que não fazem tal distinção explicada por Moraes ([1972]2010) e Bambirra.

transformações estruturais dos capitalismos imperialistas. Cabe registrar que o problema mais sério de sua análise é, a meu ver, a falta de especificação teórica sobre o que chama de “legalidade” econômica, ou seja, tendências e mecanismos estruturais que condicionam a mudança no sistema mundial capitalista e as possibilidades estruturais no capitalismo dependente, malgrado as alusões à concentração e centralização do capital. Por exemplo, Bambirra preserva hipótese subconsumista que, com mais rigor, não encontra espaço nos esquemas marxistas de reprodução do capital propostos para entender a evolução dependente do capitalismo brasileiro por Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares (BASTOS, 2021; 2023).

Também por razão de espaço, não posso demonstrar aqui que a crítica feita por Cardoso de Mello a Cardoso e Faletto se aplica a Bambirra, faltando a Bambirra aperfeiçoar “esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade” (MELLO ([1975]1998, p. 27), para cuja construção Mello, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga de Belluzo e Wilson Cano lideraram a “escola de Campinas”. Porém, cabe enfatizar que Bambirra localiza a importância desse movimento para estruturar as possibilidades políticas, caminhando em direção a uma análise integrada da economia e da política que, na “escola de Campinas”, foi desenvolvida por Alonso Barbosa de Oliveira ao diferenciar e explicar os diferentes casos de industrialização original e retardatária, mas não os casos latino-americanos comparados de modo integrado por Bambirra e, mais tarde, por Wilson Cano (2000) pelo ângulo da economia. É isso que permite falar de uma *economia política histórico-estrutural* que é comum a Bambirra e à “escola de Campinas”, malgrado diferenças<sup>14</sup>.

O método histórico-estrutural de Bambirra é basicamente o mesmo da “escola de Campinas”. A diferença é que a tendência de concentração e centralização do capital, em direção a graus superiores de coordenação do capital social e de progresso técnico a investigar empiricamente, é usada em Campinas para pensar os cortes estruturais na história do capitalismo, a mudança nos esquemas de reprodução do capital e o entendimento de sua expansão desigual e combinada em escala mundial que modifica, em última instância, as possibilidades estruturais nos capitalismos tardios. Isso não significa abstrair a importância, em primeira instância, da estrutura prévia de cada capitalismo e do conflito entre as classes e frações que disputam, a partir da estrutura que as condiciona, o modo de reação ao impacto das transformações globais, e sim obriga a investigar a interação complexa entre determinações globais e locais (BASTOS, 2019).

Como afirmei, a dependência voltou aos círculos acadêmicos no Norte Global, mas se aproximando imperfeitamente da metodologia histórico-estrutural que considero mais frutífera. Voltei às origens para alertar que novas contribuições ao estudo da dependência devem:

- 1) evitar as más abstrações que caracterizaram a primeira geração de dependentistas;

---

<sup>14</sup> A economia política histórico-estrutural foi aplicada na comparação da trajetória do Brasil e na Coreia do Sul da industrialização à globalização (MOREIRA; BASTOS, 2023a; 2023b).

- 2) construir sínteses dialéticas em direção a uma nova economia política histórico-estrutural que ancore estudos de caso não na empiria cega, mas em teorias gerais e mediações analíticas sólidas que têm como ponto de partida o resgate crítico da primeira geração de dependentistas.

## SOBRE O AUTOR

**PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS** é livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual Paulista (IE/Unicamp).  
ppzbastos@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-3748-1939>

## REFERÊNCIAS

- ALAMI, I. et al. International financial subordination: a critical research agenda. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 4, 2022, p. 1360-1386. <https://doi.org/10.1080/09692290.2022.2098359>.
- AREZKI, R. et al. Testing the Prebisch–Singer hypothesis since 1650: evidence from panel techniques that allow for multiple breaks. *Journal of International Money and Finance*, v. 42, 2014, p. 208-223. <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2013.08.012>.
- ASHMAN, S. The uneven and combined development of racial capitalism and South Africa's changing race-class articulations. *Global Political Economy*, v. 2, n. 1, 2023, p. 37-57. <https://doi.org/10.1332/NSVG2581>.
- BACHA, E.; BONELLI, R. *Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo*. Rio de Janeiro: Ipea/Dimac/Coordenação de Seminários, 2001. (Seminários Dimac n. 52). Disponível em: <https://shorturl.at/RKkf9>. Acesso em: mar. 2025.
- BAMBIRRA, V. (1972). *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.) *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012a, p. 361-454.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. *Observatório da Economia Global*, Campinas, Textos Avulsos n. 10, IE-Unicamp, abril 2012b, p. 1-82. Disponível em: <https://shorturl.at/3BnJj>. Acesso em: mar. 2025.
- BASTOS, P. P. Z. Por uma economia política estruturalista (parte 1): o corpo teórico da “escola de Campinas” e a origem dos capitalismos. *Textos para Discussão*, IE-Unicamp, n. 360, 2019.
- BASTOS, P. P. Z. *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado: método, esquema analítico e projeto político. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 15, n. 27, jul.-dez. 2020, p. 227-261. Disponível em: <https://shorturl.at/URu3e>. Acesso em: mar. 2025.
- BASTOS, P. P. Z. Tardio, desigual e combinado: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a

- contribuição de Maria da Conceição Tavares. In: FUCIDJI, José Ricardo (Org.). *As narrativas de Clío: ensaios de interpretação histórica e metodológica*. Curitiba; Campinas, SP: CRV; IE/Unicamp. IE, 2021.
- BASTOS, P. P. Z. Two hundred years of the Brazilian economy (according to Liberals, Nationalists, and Marxists): dependency as a project? *Araucária*, v. 24, n. 51, 2022, p. 319-345. <https://dx.doi.org/10.12795/araucaria.2022.i51.i4>.
- BASTOS, P. P. Z. Capitalismo, dependência e distribuição de renda: a contribuição de Maria da Conceição Tavares para a economia do desenvolvimento. *Análise Social*, v. 58, n. 3, n. 248, 2023, p. 490-511. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023248.03>.
- BASTOS, P. P. Z.; HIRATUKA, C. The foreign economic policy of Dilma Rousseff's government and the limits of dependency. *Latin American Perspectives*, issue 231, v. 47, n. 2, March 2020, p. 25-46. <https://doi.org/10.1177/0094582X19894590>.
- BREWER, T. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. London: Routledge, 2002.
- CANO, W. (1975). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARDOSO, F. H. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971a, p. 99-130. Disponível em: <https://shorturl.at/2dHcw>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971b, p. 26-45. Disponível em: <https://shorturl.at/w332H>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H. Dependent capitalist development in Latin America. *New Left Review*, n. 74, jul.-ago. 1972, p. 83-95. Disponível em: <https://shorturl.at/YGs49>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Cadernos Cebrap*, n. 11, 1973, p. 23-47. Disponível em: <https://shorturl.at/D4ERv>. Acesso em: mar. 2025.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979, p. 33-80. Disponível em: <https://shorturl.at/dPoK9>. Acesso em: mar. 2025.
- CONTADOR, C.; HADDAD, C. Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1861-1970. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 36, n. 143, 1975, p. 407-440. Disponível em: <https://shorturl.at/FrPCM>. Acesso em: mar. 2025.
- COUTINHO, M. C. *Padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil*. 1979. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- CUEVA, A.; CALVO, P. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 37, n. 2, p. 539-543. Disponível em: <https://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/61999>. Acesso em: mar. 2025.
- ERTEN, B.; OCAMPO, J. Super cycles of commodity prices since the mid-nineteenth century. *World Development*, v. 44, 2013, p. 14-30. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.11.013>.
- EVANS, P. Class, state, and dependence in East Asia: lessons for Latin Americanists. In: DEYO, F. C. (Ed.). *The political economy of the new Asian industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, 1987, p. 203-226.
- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. (1981). Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 33-58.
- FRANK, A. G. (1967). *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.
- FRANK, A. G. (1964). A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.).

- A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 35-100.
- FRANKLIN, R. Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?. *História Econômica e História de Empresas*, v. 19, n. 1, 2016, p. 189-219. <https://doi.org/10.29182/hehe.v19i1.417>.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HIGGINBOTTOM, A. Superexploitation and the imperialist drive of capitalism: how Marini's 'dialectics of dependency' goes beyond Marx's "Capital". *Monthly Review*, v. 74, n. 11, 2023, p. 29-53. [https://doi.org/10.14452/MR-074-11-2023-04\\_3](https://doi.org/10.14452/MR-074-11-2023-04_3).
- IUMATTI, P. T. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- KVANGRAVEN, I. H. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, 2021, p. 76-112. <https://doi.org/10.1111/dech.12593>.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, 1954. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368lewistable.pdf>. Acesso em: mar. 2025.
- LIMA, E. *Milagre econômico: o peso das exportações e do mercado interno brasileiro na composição do produto interno bruto entre 1967 e 1973*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora. *Sociedad y Desarrollo*, v. 1, n. 1, 1972, p. 35-51.
- MARINI, R. M. (1973). *Dialéctica de la dependencia*. México, DF: Ediciones Era, 1981.
- MARINI, R. M. (1978). Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: MARINI, R. M.; MARTINS, C. E. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - Clacso, 2008a, p. 165-233.
- MARINI, R. M. (1996). Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MARTINS, C. E. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre - Clacso, 2008b, p. 247-271.
- MARINI, R. M. (1982). O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2015, epub, posição 246-637.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELLO, J. M. C. (1975). *O capitalismo tardio*. 10. ed. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARTZ, L. *História da vida privada no Brasil*. v. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.
- MORAES, J. Q. de. (1972). O estatuto teórico da noção de dependência. *Crítica Marxista*, v. 17, n. 31, 2010, p. 23-36. <https://doi.org/10.1590/S0101-84672010000100002>.
- MORAES, R.; BASTOS, P. P. Z. O Estado em disputa: os objetivos do II PND e os interesses dos industriais. *Nova Economia*, v. 32, n. 1, 2022, p. 181-204. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6736>.
- MOREIRA, U.; BASTOS, P. P. Z. Desenvolvimento convidado ou projetado? Dependência, Estado e capital nacional no desenvolvimento capitalista na Coreia do Sul. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 27, e222712, 2023. <https://doi.org/10.1590/198055272227>
- MOREIRA, U.; BASTOS, P. P. Z. Organização industrial, estrutura de propriedade do capital e política

- econômica na Coreia do Sul: da industrialização ao neoliberalismo. *Geosul*, v. 38, n. 85, 2023, p. 38-66. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e90201>.
- MOURA, C. (1977). *O negro: de bom escravo a mau cidadão*. São Paulo: Dandara, 2021.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, 1969, p. 178-235.
- OURIQUES, N. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. México: Unam, 1995.
- PINTO, A. (1970). Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 567-588.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- QUIJANO, A. (1968). Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. In: QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad-descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2020, p. 91-145.
- ROSSI, P.; MELLO, G.; BASTOS, P. P. Z. The growth model of the PT governments: a Furtadian view of the limits of recent Brazilian development. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, jan. 2020, p. 100-114. <https://doi.org/10.1177/0094582X19891700>.
- SANTOS, T. dos. El nuevo carácter de la dependencia. *Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos*, n. 10, Santiago: Universidad de Chile, 1968.
- SANTOS, T. dos. The structure of dependence. *American Economic Review*, v. 60, n. 2, May 1970, p. 231-236. <https://www.jstor.org/stable/1815811>.
- SECCO, L. Posfácio. In: PRADO JR., C. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, epub, posição p. 4656-4967.
- SIMON, R. *O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- STOCKHAMMER, E. Macroeconomic ingredients for a growth model analysis for peripheral economies: a Post-Keynesian-structuralist approach. *New Political Economy*, v. 28, n. 4, 2022, p. 628-645. <https://doi.org/10.1080/13563467.2022.2149723>.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, M. C.; SOUZA, P. R. Emprego e salários na indústria “O caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 1, jan.-mar. 1981, p. 3-29. <https://doi.org/10.1590/0101-31571981-1003>.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. (1970). Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 155-207.
- VUKOV, V. Growth models in Europe's Eastern and Southern peripheries: between national and EU politics. *New Political Economy*, v. 28, n. 5, 2023, p. 832-848. <https://doi.org/10.1080/13563467.2023.2189695>.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world system I*. New York: Academic Press, 1974.